

## Paródia ambiental

COMO CONSIDERAR DESENVOLVIDA UMA SOCIEDADE CUJO ENRIQUECIMENTO COMPROMETE ECOSSISTEMAS?

JOSÉ ELI DA VEIGA

Um dilema econômico contemporâneo é que o crescimento raramente reduz desigualdades, além de ser sempre impiedoso com o ambiente. Se essas inevitáveis contradições entre crescimento econômico, distribuição de renda e conservação tenderem ao antagonismo, o progresso material não poderá ser durável. É muito esquisito, portanto, que uma sociedade possa considerar-se “em desenvolvimento” ou “desenvolvida” quando seu enriquecimento amplia disparidades sociais e compromete ecossistemas. Daí a importância de saber o que diz a ciência econômica sobre essas duas relações.

Existe razoável certeza de que o crescimento reduz a pobreza absoluta. Mas isso não quer dizer que ele engendre melhor distribuição de renda. As disparidades podem tanto aumentar como diminuir, independentemente do estágio evolutivo em que se encontra a economia. Coube a uma ótima dupla do Banco Mundial – Deininger & Squire – organizar uma base de dados suficientemente ampla para que não haja mais dúvida quanto à inexistência de qualquer relação unívoca entre crescimento e distribuição de renda. Ocorre que os economistas aceitaram durante 40 anos a idéia de que a desigualdade pioraria até que o crescimento levasse a sociedade a certo patamar de renda, mas melhoraria após um intervalo de relativa estabilidade. Essa hipóte-

se, formulada em 1955 por Simon Kuznets, ficou muito famosa como a curva em forma de “U” invertido, ajudando-o a merecer o Prêmio Nobel em 1971.

Curiosamente, essa mesma idéia vem sendo proposta para explicar a segunda relação, entre crescimento e meio ambiente. Boa parte dos economistas acredita que os inevitáveis estragos ambientais do crescimento só possam começar a ser enfrentados com eficácia quando se atingir um bom nível de renda per capita.

### O meio ambiente costuma ser a maior vítima da rapidez do crescimento

Na verdade, são poucos os que assumem explicitamente tal proposição, afirmando que esse patamar está próximo de US\$ 8.000 per capita. A maioria o faz apenas de forma implícita, ao reduzir a questão ambiental a um problema microeconômico de superação de falhas de mercado. Como a formação dos preços não consegue refletir os custos dos estragos ambientais, a solução seria corrigi-la, procurando a melhor maneira de impedir o repasse desses custos à coletividade. A questão estaria sendo resolvida à medida que os preços passassem a incorporar os custos sociais da depleção ambiental. Como a probabilidade de isso ocorrer é tanto mais alta quanto mais rico for o país, sua correspondência macroeconômica não difere da paródia da curva de Kuznets, composta em 1992 por outra dupla famosa: Grossman & Krueger.

Há muitos fatos que reforçam essa visão. Basta lembrar o quanto foi mais fácil para os britânicos acabarem



com o “fog” londrino e limparem o Tâmis do que é para os paulistas sanearem Cubatão e limparem o Tietê. No entanto, também é verdade que foram os países de maior renda per capita os que mais reduziram a biodiversidade e são eles os principais responsáveis pelo aquecimento global. Ou seja, a maior capacidade de recuperação das sociedades mais ricas deixa de ser óbvia quando se pensa em impactos globais de mais difícil reversão. E o meio ambiente costuma ser a maior vítima da rapidez do crescimento. Os países do Leste Asiático que cresceram em média 5% ao ano durante o último quarto de século – Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia – reduziram significativamente tanto a pobreza como a desigualdade, mas bateram todos os recordes de devastação ambiental.

Há um excelente número

especial da revista *Ecological Economics* sobre essa dita “curva de Kuznets ambiental”. Mostra que os raros estudos que pareciam confirmá-la estavam baseados em poucos indicadores ambientais para um grupo igualmente reduzido de países e/ou regiões. Traz sete artigos que mostram o quanto pode ser ingênua (ou profundamente cínica) a idéia de que a qualidade ambiental deva ser considerada simples variável dependente da renda per capita. Essa visão pressupõe que os impactos ambientais do crescimento econômico sigam uma mesma trajetória, enquanto as evidências apontam para uma enorme diversidade de situações. Um dos artigos mostra que a curva da relação entre a concentração de dióxido de enxofre na atmosfera e a renda per capita tem mesmo a forma da letra “U”. Mas não invertida. O que resulta, de fato, num “U” invertido é a relação com a intensidade espacial das atividades econômicas.

Enfim, quem rejeita a paródia ambiental da curva de Kuznets trabalha com a hipótese de que a degradação ambiental seja função da distribuição de poder entre suas vítimas e seus principais responsáveis. Ou seja, que ela depende da relação entre a influência política dos que mais sofrem as consequências e a dos que mais tiram benefício das atividades causadoras. E tais estudos sugerem que educação, direitos civis, direitos políticos e liberdade tenham impactos ambientais muito mais significativos que a renda per capita.

■ José Eli da Veiga é professor-titular de Economia e Ciência Ambiental da USP.  
E-mail: zeeli@usp.br